

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 20-02-2019.

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezessete horas e dezesseis minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airo Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro e Márcio Bins Ely. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, Engº Comassetto, Prof. Alex Fraga e Airo Ferronato. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento de autoria de Mauro Zacher, solicitando a devolução do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19 (Processo nº 0044/19) ao Executivo Municipal, nos termos regimentais. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, discutido por Idenir Cecchim, Ricardo Gomes, Mauro Pinheiro, Reginaldo Pujol e Cassio Trogildo. Às dezoito horas e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19 (Processo nº 0044/19) e a realização de reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Finanças e do MERCOSUL e de Urbanização, Transportes e Habitação, às dez horas do dia vinte e seis de fevereiro do corrente, por vinte e um votos SIM e cinco votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Roberto Robaina, Marcelo Sgarbossa e Márcio Bins Ely, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e Não João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely e Roberto Robaina. Também, foi apregoado o Ofício nº 122/19, de Gustavo Paim, Prefeito em exercício, encaminhando Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19. Durante a Sessão, Mauro Zacher, Mauro Pinheiro, João Bosco Vaz e Márcio Bins Ely manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Sérgio Marques, Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Juventude de Candiota – RS. Às dezoito horas e trinta e dois minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Moisés

Barboza, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Alvoni Medina e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu subo à tribuna em tempo de liderança do meu partido para registrar, de forma pública, a minha tristeza com relação ao que está acontecendo neste exato momento aqui, na Câmara de Vereadores. Havia sido acordado pela maioria dos líderes, na reunião de hoje pela manhã, que nós teríamos, na tarde de hoje, uma sessão para discussão de pauta do projeto do governo que destrói a carreira dos servidores públicos desta Cidade, e, na tarde de quinta-feira, amanhã, a 2ª sessão de pauta aconteceria. Eis que agora, há minutos, o líder do governo, Ver. Mauro Pinheiro, do Rede Sustentabilidade, que é um partido que se diz não de esquerda e nem de direita, é um partido que não é de nada, pelo visto, não é nem esquerda e nem de direita, mas demonstra claramente que é Marchezan, é contra servidor público, é o ataque frontal ao que foi deliberado hoje, há poucas horas, apoiado pela retórica de que há a possibilidade de inversão de pauta, de abrir extraordinária, por deliberação do colégio de líderes, o que foi feito há poucos instantes, abriram a nova sessão justamente para acelerar ainda mais esse projeto de lei – ainda mais –, projeto que chegou na quinta-feira da semana passada – quinta-feira passada! –, projeto que agora começa a tramitação, e que obviamente não terá as instâncias necessárias de discussão.

O Ver. Mauro Pinheiro diz que está aberto à conversa com os representantes das associações, dos sindicatos que compõem os municipais, e quer votar um projeto em menos de duas semanas, um projeto que vai despedaçar as carreiras públicas, que vai fazer com que um professor, como é o meu caso, o meu caso, que poderia, depois de 20 anos de trabalho no município de Porto Alegre, se aposentar ganhando três mil reais e alguma coisa, tenha os seus vencimentos achatados; achatados.

Senhoras e senhores, esse desrespeito, essa falta de bom-senso, essa falta de noção... Nos dois últimos anos nós tivemos as duas greves mais longas do Município de Porto Alegre. Parece que a bancada Marchezan, ou as bancadas Marchezan se orgulham disso, se orgulham da falta de diálogo, da incapacidade de construir uma ponte. Aí o Ver. Mauro Pinheiro vai dizer: “Não, mas o sindicato não quer conversar...” Conversa envolve pelo menos duas pessoas, ambas escutando e ambas falando. Eu já estive pessoalmente com o prefeito Nelson Marchezan Júnior, e ele não escuta, não cede. E o Ver. Mauro Pinheiro critica o sindicato por não ceder também! Não é possível o diálogo.

Por isso, eu peço que não continuemos a acelerar um projeto de tamanha importância, da forma como ele vem sendo conduzido nesta Casa Legislativa. Eu peço um pouco de respeito por aqueles que foram eleitos pela população, porque eles que

votaram nos senhores e nas senhoras, são pessoas que estão lá precisando do serviço público e serão, mais uma vez, prejudicados se não conseguirmos construir uma ponte de diálogo entre o que presta o serviço público, que é o servidor, e aquele que os comanda, que é o Executivo. Precisamos ser um Parlamento que sirva de ponte de comunicação e não patrole do prefeito a serviço dos seus desmandos. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher e outros vereadores (Lê.): “Os Vereadores abaixo signatários vêm requerer a devolução ao autor do PLCE nº 002/19, Processo 44/19, tendo por base o Parecer nº 46/19 da Procuradoria da Casa (em anexo), cujo último parágrafo segue abaixo transcrito: ‘Isso posto, verifica-se que o projeto apresenta problemas de redação. Os quais, em princípio, podem ser corrigidos na redação final ou a Presidente poderá devolver o projeto ao seu autor para fins de adequação nos termos do art. 19, inciso II, alínea j do Regimento Interno. O que não impede que, antes disso, o Prefeito encaminhe mensagem retificativa.’ Acreditamos que um projeto tão significativo para a cidade de Porto Alegre e seus servidores não poderá tramitar sem que sua redação esteja clara e objetiva para fins de deliberação desta Casa, tanto em suas comissões quanto neste plenário. Do plenário, 20 de fevereiro, Ver. Mauro Zacher e outros vereadores.”

Eu solicitarei uma análise técnica-jurídica e, depois, vou decidir.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Agradecemos a possibilidade de a senhora fazer essa avaliação técnica. Baseados no parecer da Procuradoria, nós buscamos amparo no Regimento. Aguardamos, então, a resposta da presidência.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Mauro Zacher.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sra. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores que nos assistem, municipais aqui presentes, em nome da nossa bancada vimos aqui fazer duas afirmações sobre este projeto. Este projeto tem equívoco de método e obviamente de conteúdo. De método: um projeto que apresenta uma mudança radical no Estatuto dos Funcionários Públicos, sem discutir com o funcionalismo, sem dialogar com o funcionalismo, é um projeto que apresenta uma imposição. Bom, tudo que é imposto não funciona. Não funciona, Ver. Aldacir Oliboni! Quero lembrar à base do governo que aqui está, que foi base do Governo Fortunati, que, quando foi remetido a esta Casa o projeto do efeito cascata, houve dois anos de discussão, se construiu um consenso e se votou por unanimidade aqui neste plenário. Este projeto, no seu conteúdo, retira direitos adquiridos do

funcionalismo público, e ele diz que vai fazer uma redução financeira de R\$ 16 milhões por ano. Eu quero aqui fazer uma proposição a esta Casa, que retire o regime de urgência, Ver. Camozzato, vamos discutir e encontrar um consenso no projeto, e os R\$ 16 milhões que o governo diz que o projeto economizará, vamos tirar dos R\$ 35 milhões que foram colocados para gastar em publicidade. Não se sabe em qual publicidade, porque a melhor publicidade que há é um bom serviço público. Se nós tivermos o funcionalismo trabalhando em todos os postos de saúde, a comunidade vai estar satisfeita; se nós tivermos professores trabalhando nas escolas, a Cidade vai estar satisfeita. E aí, a base do governo, no debate que fizemos ontem com o Ver. Pujol e com o Ver. Moisés, lá na Rádio Guaíba, afirmava que esse projeto não tira direitos. Como não tira direitos? No seu art. 1º ele começa dizendo que “a partir da data de publicação da lei que insere este artigo, as gratificações por regime especial de trabalho não mais poderão ser majoradas por quaisquer acréscimos decorrentes de tempo de serviço, no âmbito da administração centralizada, autarquias e fundações públicas do Município”. O que é isso? É um direito adquirido que o funcionalismo tem de incorporar no seu salário, na sua aposentadoria, o tempo de serviço. Agora ele retira isso! Assim como o governo está dizendo que todos aqueles benefícios que o funcionalismo pode ter, a partir de agora não mais comporão o corpo do salário, ou seja, quando tiver reajuste, não vai incidir sobre ele. Isso não é retirar direitos? Eu quero dizer aqui que o funcionalismo público municipal é que toca esta Cidade.

O funcionalismo público bem remunerado é uma cidade eficiente. Eu disse aqui outro dia e vou repetir, Ver. Mauro Zacher, para a bancada do PTB, que está apoiando aqui esse projeto. O Ver. Luciano Marcantônio, que é secretário, fez uma obra, na Zona Sul, que duplicou aquele estrangulamento que havia na Pedra Redonda, através dos engenheiros, executado pelos funcionários da SMIM e da EPTC, sem nenhum custo para o Poder Público Municipal. Um trabalho de qualidade do funcionalismo. Nós queremos o funcionalismo satisfeito, que trabalhe, que oriente. Aí, vai dizer: “Ah, o funcionalismo não trabalha!” Neste momento, está todo mundo perdido, porque com aquela reforma que foi feita há dois anos, até hoje não se sabe quais são as funções, quais são os projetos, como é que o funcionalismo tem que trabalhar.

Então, falta é projeto de governo para executar. E não me venham com um projeto como este, no afogadilho, querer tirar direito adquirido. Nós não podemos, num momento como este, quando vem uma reforma nacional da previdência, que vem nacionalmente retirar direitos, e, agora, no Município, a mesma agenda. Nesse sentido, pedimos ao Ver. Mauro Pinheiro, Líder do Governo, que abra a discussão com os interessados, que abra a discussão com a oposição, porque ela tem muitas contribuições, como fizemos no efeito cascata – fizemos um acordo e votamos por unanimidade. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 044/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 002/19, que altera o *caput* do art. 122, inclui o art. 37-A, §§ 3º e 4º ao art. 122, o art. 122-A, o art. 129-A e o parágrafo único ao art. 131, revoga os arts 79, 124, 125, 126, 127, 127-A, 129, 130 e 133 todos da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre; inclui o art. 39-A e revoga o art. 39 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002; revoga os §§1º e 2º do art. 43, os §§1º e 2º do art. 43-A, o art. 43-B e o art. 43-C, da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 44, o art. 44-A e o art. 44-B da Lei nº 6.203, de 3 de outubro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-A, o art. 32-B da Lei nº 8.986, de 02 de outubro de 2002; os §§ 1º 2º do art. 45, o art. 45-A, o art. 45-B da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 43-A, o art. 43- B da Lei nº 6.253, de 11 de novembro de 1988; e os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-A, art. 32-B da Lei nº 6151, de 13 de julho de 1988.

(O Ver. Alvoni Medina assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Ver Medina; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estamos chegando ao final de uma tarde de trabalhos intensos aqui na Câmara, e eu me inscrevi nesse tempo de Pauta não para discutir o projeto, que está amplamente discutido – o projeto está amplamente discutido –, mas porque eu queria cumprimentar o Ver. Mauro Zacher, que fez um requerimento com respostas. O Ver. Mauro Zacher é um vereador inteligente, ele fez o requerimento, Ver. Ricardo Gomes, já colocando as soluções. Isso mostra o espírito público e democrático que o Ver. Mauro tem. Ele deu o caminho para ser resolvido, instando o próprio Executivo a corrigir uma coisa que poderia ser corrigida na redação final do projeto. Mas não, o Ver. Mauro Zacher fez o requerimento e, ao mesmo tempo, deu o caminho para a resposta.

De modo que nós estamos muito tranquilos e podemos chegar ao final desta sessão com a tranquilidade do dever cumprido e de saber que temos vereadores que pensam no bem comum, principalmente na parte de tramitação de projetos. Então, queria deixar aqui, mais uma vez, meus cumprimentos ao Ver. Mauro Zacher por ter feito esse requerimento com encaminhamento e com as soluções já elencadas no próprio requerimento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Obrigado, Presidente. Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, gostaria, primeiro, de dizer, como bem disse o Ver. Cecchim, que esse requerimento apresentado traz em si, pela própria nota do procurador, três soluções alternativas. A primeira seria a devolução ao Executivo para que corrigisse o projeto. A segunda, a própria redação final, ou seja, sequer seria necessária uma emenda aprovada para corrigi-lo. Diz o procurador da Casa que a própria redação final poderia sanar o vício que por ele foi apresentado – é o que diz o parecer que fundamenta o requerimento. A terceira hipótese é a mensagem retificativa que pode, a qualquer momento, chegar e suprir. Há ainda uma quarta hipótese, que não está suscitada no parecer do procurador, que é a possibilidade de que qualquer um dos 36 Vereadores da casa apresente uma emenda que possa ser analisada e que venha a suprir eventual erro de redação. Então, parece-me, não há qualquer motivo de alarme com relação a eventual erro formal no projeto, que pode ser a qualquer momento sanado. Dito isso, quero ressaltar aos senhores que este projeto não é idêntico ao que foi votado no ano passado, todos nós sabemos que a questão da RDE, que era fundamental aos servidores, foi retirada deste projeto e não está mais aqui em discussão a cessação e a renovação anual dos regimes de dedicação exclusiva e tempo integral e os demais regimes especiais. Todos nós sabemos disso. Todavia, este projeto que aqui está era parte integrante daquele. Portanto, clamar pela falta de discussão, de que não houve tempo para tratar, de que há qualquer espécie de aceleração, é chover no molhado, é apenas gastar argumentos à toa, por quê? Porque todos nós já discutimos profundamente esta matéria no ano passado, a bancada do poder Partido Progressista expressou ao prefeito municipal, no ano passado, uma discordância pontual que tinha, que foi sanada aqui neste projeto. E, portanto, todo o conteúdo deste projeto que nós estamos debatendo hoje, o PLCE nº 002/19, estava contido nesse que tenho em mãos, que é o PLCE 008/18. Essa é a realidade. Portanto, falar em falta de tempo, ausência de debate, quando tantas reuniões ocorreram no ano passado, mediadas por esta Casa, pelas comissões da Casa, pela presidência da Casa, onde o Simpa foi, por diversas vezes, recebido. Eu, inclusive, pedi, numa dessas reuniões, que a Casa, para mediar reuniões com o Simpa, exigisse do Sindicato uma declaração formal e firme de sua liderança de que não invadiria mais o plenário desta Câmara, como já ocorreu. O Simpa não o fez em nenhum momento. O que fez que eu me retirasse, inclusive, da reunião, porque o Simpa se negou a dizer que não invadiria o plenário desta Casa. Quero apenas lembrar que houve dezenas de reuniões mediadas por esta Casa, tratando o PLCE 008/18, e tanto é verdade que o projeto foi à votação. Dizem os vereadores, então: “não tivemos discussão suficiente sobre o projeto”. Então, votaram sem discuti-lo! Então, votaram sem formar a sua convicção! Não quero crer, não quero crer. Então, há, sim, uma diferença importante entre o projeto do ano passado e o projeto deste ano. Há, sim, também, um acúmulo de discussão que se formou desde o ano de 2017, e no ano de 2018, um acúmulo de discussão que esta Casa tem e que faz com que os vereadores

tenham – inclusive os que são contrários – opinião muito firme a respeito do projeto, e não mostram qualquer hipótese de mudança de opinião. “Temos que discutir” – dizem eles. Mudarão V. Exas. de opinião? Jamais. Então, as discussões que querem são apenas para jogar palavras ao vento.

Eu quero reiterar, no pouco tempo que me resta, que há uma espada de Dâmocles sobre nossas cabeças, que é a questão fiscal do Município de Porto Alegre. Fechar os olhos para a questão fiscal do Município de Porto Alegre é fechar os olhos a que amanhã tenha que se aumentar a carga tributária para pagar as contas do Município, porque a consequência natural do déficit é a busca de mais receitas. Então, negar o corte das despesas é provocar, amanhã, um aumento da carga tributária e o consequente empobrecimento da Cidade, cada vez mais, mais e mais.

Esta é a opinião que expressei sobre o projeto, porque eu, sim, aproveito o tempo que temos de debate para debater o projeto em si, debater a sua natureza, os seus efeitos e as suas causas, acima de tudo, dentre as quais a mais importante é o déficit e a crise fiscal que se abatem sobre o Município de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sr. Presidente, Ver. Alvoni Medina; demais vereadoras e vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias; o Ver. Alex Fraga veio aqui e disse que este vereador não queria dialogar, que não estava à disposição de dialogar, porque fez um pedido para que o projeto ande com uma certa urgência na Casa. O diálogo não está impedido, e, na última quinta-feira, conversei, inclusive, com o Ver. Roberto Robaina, que é o líder da oposição, me colocando à disposição do Ver. Robaina, como líder da oposição, dizendo que estava à disposição não só da oposição, do PSOL, do PT e demais vereadores da oposição, como em reuniões com quem ele quisesse organizar, sindicatos, associações de funcionários, funcionários públicos. Disse que, como líder do governo, eu estava à disposição para ouvir ou trazer, inclusive, pessoas do governo para ajudar a explicar o projeto, para quem quisesse entender melhor e que estava totalmente à disposição. Isso foi na quinta-feira, hoje é quarta-feira, já se passou praticamente uma semana, e nós continuamos à disposição; ninguém nos procurou, dizendo que gostaria de conversar com a base do governo, ou com o governo, ou com o líder do governo. Quero reiterar que continuamos à disposição para dialogar. Agora, dentro do tempo, acho que uma semana é tempo suficiente para que, se alguém quisesse conversar, tivesse nos procurado. Ninguém nos procurou, nós avançamos, então, com o projeto. Nós temos sim vontade de votar o projeto o quanto antes; sabemos que o Sindicato não é obrigado a concordar conosco, é claro que vai defender as suas posições, assim como eu, como líder do governo, vou defender as posições do governo. Isso faz parte da democracia, cada um tem a sua

ideologia, discutir, fazer o seu esforço. Os que são contrários... Inclusive saiu uma reportagem em jornal, não me recordo qual dos jornais, onde o vereador líder da oposição disse que a oposição faria tudo para obstruir a votação do projeto! Está escrito. Assim como na, mesma notícia, tem a fala do líder do governo dizendo que faria tudo para o projeto andar o mais rápido possível. Não é falta de democracia, nem falta de diálogo eu ter a minha posição e buscar aquilo que eu acho melhor para a Cidade, e o líder da oposição achar melhor um outro destino. Agora, na democracia também se vota, se discute, quando não se consegue chegar a um consenso, que normalmente não se consegue chegar, esta Casa é uma Casa plural em que cada um de nós vem de uma ideologia, alguns de uma corporação, outros de uma comunidade. Cada um vem de um destino diferente, então pensam diferente, e isso é o parlamento, onde os 36 vereadores pensam de forma diferente e, em alguns momentos, um vota de um jeito, outro vota de outro. Isso faz parte da democracia. Agora, ser acusado de que “não quer discutir”, que “não discute”, acho muito forte as palavras “é contra a democracia, contra isso, contra aquilo”. Isso fica na mesma linha que o nosso País há alguns anos vai trilhando, que é quem pensa de um jeito é bom, quem pensa de outro é ruim. Acho que a democracia tem pensamentos diferentes, e eu tenho certeza de que penso diferente do PSOL, senão estaria no PSOL; não estou no PSOL justamente porque penso diferente. Então, faz parte do processo democrático, mas nós, sim, temos a nossa linha, nosso pensamento.

Assim também como são acusados os vereadores que pensam diferente de alguns de serem contra a cidade. Não vejo ser contra a cidade, assim como não vejo que o senhor é contra a cidade porque pensa diferente do que eu penso. Eu só acho que a cidade é muito mais do que 15 mil pessoas. Também não acho que sou contra os funcionários quando sou a favor deste projeto. Ao contrário, sou totalmente a favor porque estou protegendo, porque, na situação que está, Porto Alegre vai ficar como o Rio de Janeiro, como o Estado do Rio Grande do Sul, não vai ter recursos para pagar os salários dos servidores logo ali na frente. Nenhuma empresa dá em torno de 3% de aumento real para os funcionários por ano...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Esses dois artigos que estamos mexendo – do triênio, do avanço e dos adicionais dos 15 e 25 anos –, geram quase 3% de aumento real. Nenhuma empresa, no Brasil, paga isso, nenhuma empresa, ninguém no setor privado tem essa vantagem. Portanto, quando se vota para diminuir essas vantagens daqui para frente, não está se mexendo em direito adquirido. Agora, claro, a pessoa que perde tem todo o direito de bradar, gritar, xingar, fazer o que quiser, mas eu estou pensando em um milhão e meio e não em quinze mil pessoas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; mais uma vez nesta tribuna, agora agradecendo aos colegas da oposição, vereadores das bancadas do PT e do PSOL, pela possibilidade de me manifestar novamente e usar a palavra; eu gostaria de discutir algumas informações que o Ver. Mauro Pinheiro colocou nesta tribuna. Ele perguntou qual categoria profissional recebeu 3% de aumento. Os policiais civis! Os policiais civis, nos últimos quatro anos, tiveram mais de 50% de aumento em seus vencimentos. Estou errado, Rafão? (Pausa.) Não estou errado! Eu acho justa a valorização do profissional, porque é um trabalho importante, é um trabalho de responsabilidade. Lidar com o cidadão não é fácil, principalmente, porque, muitas vezes, nós estamos à frente da política pública e ouvimos desaforos que não deveríamos, pois não somos os responsáveis pelas diretrizes, mas prestamos o serviço. Por isso, valorização é necessário, e respeito também!

O Ver. Ricardo Gomes elenca os servidores públicos como os inimigos dos cofres públicos. Ver. Ricardo Gomes, não é o salário do servidor que cria rombos no orçamento do nosso Município, é a irresponsabilidade! Falei frente a frente com o prefeito Nelson Marchezan Júnior, falei frente a frente com o secretário Ramiro Rosário, falei com o Ver. Moisés Barboza, que, na época, se chamava Maluco do Bem e era líder do governo; disse que o Município de Porto Alegre estava contratando dois hidrojetos para desobstrução do esgoto pluvial, dois, contratando dois! Ver. Nelcir Tessaro, a desobstrução do esgoto pluvial é feita com hidrojetos, pressão d'água. A Prefeitura, na figura do Sr. Ramiro Rosário, secretário desta gestão, contratou dois equipamentos com uma pressão menor do que os equipamentos que a Prefeitura tem. A Prefeitura tem equipamentos para prestar esse serviço, precisavam de reparos, mas um deles já havia sido consertado. Mesmo assim, a Secretaria gastou dinheiro com essa contratação! Eu avisei o secretário pessoalmente, eu avisei o prefeito, quando veio aqui; eu avisei o líder do governo, e a Prefeitura gastou R\$ 1,6 milhão no aluguel de dois equipamentos, por seis meses. Gastou, está tudo registrado no SEI, e podemos buscar nas notas taquigráficas do encontro, quando o secretário esteve aqui e eu falei, frente a frente: “Isso é irresponsabilidade, isso acaba com os recursos públicos”. É essa bandalheira que precisa ser combatida, não àquele que presta o serviço à população. É o gasto desnecessário, é a falta de critério, é a falta de responsabilidade, são as benesses para os amigos daqueles que têm a caneta; as benesses para aqueles que, de uma forma ou outra, apoiam essa prática. É isso que sangra os cofres públicos, que joga no esgoto pluvial o dinheiro da nossa Cidade, não é a carreira pública, não é o professor. Senhoras e senhores, 70% da folha do Município de Porto Alegre ganha vencimentos inferiores a R\$ 5 mil, e são marajás. Muitos desses que ganham R\$ 5 mil estão há 20, 30 anos trabalhando de sol a sol. Trinta anos de uma carreira dedicada à Cidade, não é um cara que recebeu dois ou três mil votos, caiu de paraquedas, para ganhar R\$ 12.900 de

salário bruto, não é. Então, não falem em privilegiados, vamos falar em trabalhadores e respeitar as categorias. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver. Alex, V. Exa., como vereador, tem toda a responsabilidade de fiscalizar, e se sabe que tem algo que está acontecendo de forma errada no Município, tem todo o poder de denunciar, inclusive no Ministério Público. Então, não adianta V. Exa. só falar da tribuna, tem que fazer a denúncia, por escrito, no Judiciário, no Ministério Público, onde V. Exa. achar que deve. Muito obrigado.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Alvoni, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nós precisamos, neste momento, de serenidade, muita serenidade para evitar a imposição de derrotas para o governo, para o servidor, para a sociedade. O nosso servidor de Porto Alegre tem, sim, conhecimento, reconhece as dificuldades financeiras do Município de Porto Alegre, assim como da União e do Estado. Ouvi o Ver. Ricardo Gomes dizendo que nós temos que aprovar o projeto, sob pena de termos que aumentar imposto. Ora, então para não aumentar 0,5% de imposto ao empresariado, nós vamos tirar 30%, 40% do vencimento do servidor público. Nós precisamos buscar um denominador comum. Por outro lado, o Ver. Mauro diz que está pensando no 1,5 milhão de porto-alegrenses e não em apenas 11 mil, 12 mil servidores públicos. Eu penso no 1,5 milhão de moradores de Porto Alegre e inserindo nesse contexto também o servidor público. O Brasil, o Estado, os municípios brasileiros pegaram os servidores públicos – eu sou servidor – como os vilões dessa história, e não são. Por que eu quero dizer da serenidade? Porque nós precisamos, neste momento, chegar a um consenso. É fácil? Claro que não é, mas não é difícil. Eu acredito que nós, com o tempo necessário, podemos buscar, inclusive apresentar emendas que sejam do consenso – tenho dito por aí – do Executivo e dos servidores, e aprovar o projeto. Por que não? Por isso eu acredito que correr demais neste momento é chegarmos a um resultado que pode desagradar a todos. Portanto, vamos buscar o entendimento, que será possível, sim, e, com isso, ganha o servidor, ganha o Executivo e, em última análise, ganha a cidade de Porto Alegre. Essa é a minha posição, eu tenho dito por aí. Vamos olhar com carinho o projeto, porque tem mudanças, sim, Ver. Pujol – todos dizem que nós já estamos discutindo há não sei quanto tempo, mas dizem também que o projeto é diferente. O projeto entrou nessa semana passada e não vai ser em um ou dois dias que nós vamos ter condições de olhar os detalhes que a proposta nos apresenta. Essa é a minha posição. Vamos negociar. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, basicamente eu poderia subscrever o pronunciamento do nosso querido Ver. Ferronato, um experimentado homem público da cidade, muito criterioso, que sempre soube dosar a sua posição na linha do bom senso. O quadro não é simples, temos que olhar todo o processo no conjunto e nele procurar inserir a melhor das nossas vontades no sentido de encontrarmos a melhor das soluções. Eu não sou pessimista nem otimista no assunto, porque eu estou procurando ser realista; nem sou preconceituoso de achar que o projeto é tão ruim que não mereça ser estudado, nem tão bom que não mereça ser discutido. Recebi hoje várias colaborações de entidades que me ofereceram análises a respeito do processo; vou aproveitar os próximos dias para me debruçar sobre essas propostas. Tenho umas três ou quatro pessoas de minha confiança examinando com lupa a proposição e isso vai determinar que, no momento oportuno, a gente se posicione, como sempre fizemos nesta Casa, sem titubear, sem meio-termo e com muita responsabilidade. Por isso, Vereador-Presidente, eu fico muito feliz em ver que a Casa está aproveitando este momento de discussão preliminar para antecipar posições e colocar na frente uma perspectiva, quem sabe, de melhoria, ou de recuos ou avanço que possam contentar o maior número possível dos interessados dentro de uma realidade que todos nós sabemos que é muito difícil. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDIDA (PRB): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Não vou utilizar os cinco minutos, até pelo adiantado da hora e por já estarmos na 2ª sessão de Pauta desse projeto, um projeto bem similar ao que tramitou no ano passado nesta Casa e que todos os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras tiveram a oportunidade, com audiência pública, com todas as reuniões públicas que aconteceram, de tratar aprofundadamente. Em nome da bancada do PTB, neste período de discussão preliminar de Pauta, nós entendemos que, com as emendas que estão por aí ajustando o projeto, ele terá todo o amparo para prosseguir nesta Casa. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.ª Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 18h03min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento):

Presidente, Ver.^a Mônica Leal, eu gostaria de fazer um requerimento (Lê.): “O Vereador MAURO PINHEIRO, Líder do Governo, vem a presença de V. S., requerer URGÊNCIA na tramitação do Projeto de Lei Complementar 002/2019, de autoria do Poder Executivo Municipal, nos termos dos artigos 110 e 94, § 3º, ‘n’ do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Porto Alegre-RS. Requer, ainda, a aprovação por este Plenário do agendamento da reunião das Comissões competentes para a análise do respectivo processo, no caso a CCJ, CEFOR e CUTHAB, para o próximo dia 26/02/2019 (terça-feira), às 10h. Pedem deferimento. Porto Alegre-RS, 20 de fevereiro de 2019”.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Mauro Pinheiro, recebo o seu Requerimento e informo que serão dados os procedimentos regimentais.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, vereadores, vereadoras, quem está acompanhando esse debate sabe que o governo Marchezan – e aqui com o Mauro Pinheiro, líder do governo, da REDE, tentando capitalizar essa linha no plenário da Câmara – quer aprovar, antes do carnaval, um pacote que afeta profundamente a administração municipal de Porto Alegre. Só um prefeito que não dá a menor importância para o serviço público, só um prefeito que não se preocupa com a situação do povo pode adotar uma metodologia como essa. Aqueles que se iludem achando que simplesmente vai se corrigir distorções do passado em relação ao funcionalismo público, não vão enganar o tempo inteiro. Não é um problema de combater privilégios ou distorções. O servidor público de Porto Alegre ganha entre R\$ 2 mil a R\$ 3 mil, não há marajás no serviço público da Capital. Ocorre que um serviço público sucateado, servidores tendo o poder aquisitivo assaltado, porque é disso que se trata o projeto do governo Marchezan, tira o poder aquisitivo dos servidores de Porto Alegre, imediatamente, inclusive servidores da Câmara de Vereadores, de professores, de médicos, de engenheiros, isso vai ter impacto nos serviços.

Faz dois anos que o governo Marchezan ataca o servidor público, tenta desestimular os servidores públicos. O desgaste dos servidores públicos é enorme. E o governo, com a sua política de passar o seu projeto por comissões conjuntas, para garantir a possibilidade de uma aprovação antes do carnaval, quer fazer com que essa discussão fique apenas aqui restrita aos vereadores e às vereadoras.

E o governo tem, sim, construído uma base majoritária com negociações com o MDB, PSDB. Negociações de todos os tipos, aumentando os cargos de confiança, fazendo uma farta distribuição de cargos para os políticos que aceitam essa lógica de atacar o servidor público! Essa é a lógica do governo. E o governo quer que isso não tenha publicidade, o governo quer esconder da população esse seu pacote

contra o povo pobre da Cidade. Porque quando dizem, eu fico escutando, o governo Marchezan está sempre falando que não tem recursos. Não tem recursos, mas o governo multiplicou por seis os gastos com publicidade, vai gastar mais em publicidade este ano do que gastou, no ano passado, com investimento para garantir o abastecimento de água em Porto Alegre. Por isso que faltou água nos bairros da Restinga, da Lomba, o governo não investiu o que era obrigação sua fazer e gasta recursos em publicidade, R\$ 35 milhões orçados para este ano! Mas os vereadores querem o voto rápido, não querem se expor, não querem que a população conheça os debates da Câmara de Vereadores. Por isso que tem que ser rápido. Esse é o objetivo do governo, sem sequer abrir a possibilidade de negociação com as inúmeras associações, com o Sindicato dos Municipários. Quer utilizar uma maioria que tem na Câmara de Vereadores para passar um pacote que ataca direitos adquiridos, sim; os direitos adquiridos são atacados, a perda do poder aquisitivo dos servidores públicos com esse pacote pode ser de 30%, 40% a 50% ao longo da carreira. Isso significa afastar médicos, afastar engenheiros, afastar técnicos, é isso o que o Governo Marchezan está promovendo, desmonte do serviço público. A única coisa que interessa para este governo é defender os interesses dos grandes empresários, das grandes construtoras, selixa para o povo pobre! O governo quer que os vereadores aprovem esse pacote. Podem ter certeza de que os servidores públicos vão se encarregar de mostrar um por um dos vereadores que estiveram curvados à lógica neoliberal do Governo Marchezan. Não tenham dúvida de que a população vai dar uma resposta. O apelo que nós fazemos aos vereadores que pensam no serviço público é não acatar uma proposta como esta, que esvazia o real debate, uma proposta antidemocrática, uma proposta autoritária que quer passar, goela abaixo da Câmara de Vereadores, os interesses de um governo antipopular. Os vereadores e vereadoras que não querem ser marcados por essa lógica de submissão aos interesses do Executivo devem votar contra esse requerimento apresentado pelo líder do governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Seguindo a linha do Ver. Robaina, eu queria alertar os vereadores que tiveram acordo para esta sessão extraordinária... Nós estamos aqui votando, eu estou aqui na segunda Legislatura, nunca tinha visto esse requerimento. Um requerimento que coloca a reunião conjunta de comissões na terça-feira de manhã, não mais segunda à tarde, mas na terça de manhã. Em havendo essas comissões conjuntas na terça de manhã, o prazo de 48 horas para a votação do projeto, que seria na quarta, passa para quinta. Para que haja votação na quinta, Presidente Mônica, é preciso que a senhora, como Presidente, convoque uma sessão extraordinária. Eu tenho dificuldade em acreditar que os vereadores da base do

governo – que deram acordo aqui para esta sessão extraordinária – concordam com todo esse arranjo que vai precisar ser feito para votar o projeto justamente antes do feriado de carnaval. É disso que nós estamos falando. Essa fala de que ganhamos um dia a mais para fazer emendas logicamente é uma ironia do líder do governo. Então eu faço aqui uma convocação aos vereadores que deram acordo a essa sessão extraordinária, que já foi uma contrariedade do que foi decidido hoje pela manhã, na reunião de líderes, pois se costuma dizer aqui que se tem que respeitar a reunião de líderes. Na reunião de líderes, hoje de manhã, foi decidido que as duas sessões de pauta seriam hoje e amanhã, a não ser que o governo não tivesse confiança de que amanhã não conseguiria reunir nem 12 vereadores e vereadoras para ter uma sessão. Então me parece que o governo está extremamente inseguro e quis garantir hoje as duas sessões de pauta. E agora, com receio de que não haja acordo nas três Comissões para a reunião conjunta, faz esse requerimento de plenário para garantir que efetivamente haja reunião conjunta. Veja que o governo aqui está titubeando. Apesar de ter ampliado a sua base, também tem alguns receios e quer garantir aqui no plenário. Então eu convoco esses vereadores que estão seguindo a linha do governo, não quero aqui entrar no mérito, e pergunto a eles se é tão urgente assim a votação de um projeto tão complexo? Porque lógico que, por trás disso, está a ideia de conseguir votar antes que servidoras e servidores interrompam suas férias e voltem para poder aqui manifestar suas opiniões.

Acho que o Ver. Robaina acabou de falar aqui e eu quero reprisar isso com outro olhar: não se trata de não ser um ano eleitoral e por isso os servidores esquecerão quem votará a favor ou contra. Se o projeto for aprovado, vai repercutir durante toda a carreira, será mensalmente um ataque. Portanto, ninguém esquecerá quem votou a favor ou quem votou contra. Eu até entendo as divergências com o prefeito, não quero aqui entrar no mérito do projeto, mas quero entrar no método que está sendo utilizado. O método é um método de ataque. Da última vez que o prefeito atacou dessa forma e com esse método, ele conseguiu reunir, em uma hora... A decisão foi às 11h30min – estou falando do que ocorreu no ano passado –, na reunião de líderes, quando foi trazido o projeto para ser votado às 14h. Em uma hora, os servidores e servidoras do Município se mobilizaram, estiveram aqui em massa, e, infelizmente, o então Presidente Valter Nagelstein trouxe a Brigada para dentro do plenário, isso resultou em bombas de gás lacrimogêneo aqui no saguão, e foi, Presidenta Mônica, uma vergonha para a nossa cidade tudo o que aconteceu, graças a esse ataque, a esse método de atacar do prefeito. Então, é, de novo, um alerta, independente da posição que possam ter, de que a Câmara não precisa ficar de joelhos, como está ficando, se nós aprovarmos esse requerimento. E isso resultará, Ver.^a Mônica, numa ação decisiva sua. A senhora até colocou em votação aqui, mas a competência para chamar uma sessão extraordinária é do Presidente. Portanto, ainda que tenha uma votação, quem decide é a presidência. Então, para que tudo aconteça, deverá contar com o seu apoio. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Mônica Leal, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, o público que nos assiste das galerias, pela TVCâmara, as senhoras e os senhores. Quero, aqui, fazer uma saudação especial também à representação de Candiota, ao Sérgio, Secretário de Turismo, que com a sua presença abrilhanta os trabalhos desta tarde.

Quero fazer menção, Presidente e demais líderes de bancada, que hoje pela manhã tivemos uma reunião de líderes, que foi exaustiva, tivemos que submeter a uma votação para deliberar a respeito da oportunidade ou não de fazermos a conjunta e a votação na quarta-feira, e ficou deliberado – na reunião do colégio de líderes –, por maioria – perdemos a votação por 8 votos a 5 – que faríamos a conjunta na segunda-feira. Mesmo a contragosto, fomos vencidos. E agora, então, atropelando aquilo que tinha sido deliberado pela reunião de líderes, o líder do Governo pede, aqui, uma urgência. A urgência precisa de três dias; para que se cumpram os três dias, nós teremos de fazer, na terça ou na quarta, a reunião. Mas, obviamente, querem, estrategicamente, fazer na terça, para correr 48 horas e poder fazer a votação na quinta. Então, acho que o calendário está um pouco atropelado, sinceramente, porque, em princípio, na quinta-feira, não é dia de votação. Então, parece-nos que, realmente, existe uma intenção do governo em apressar essa votação. Também, não vejo por que razão, uma vez que o projeto, se é mesmo tão semelhante como vem sendo debatido, ao projeto anterior, não teria essa necessidade, essa pressa toda.

Hoje pela manhã estive em conversa com a presidente Rita e com o presidente César, falando sobre a possibilidade de algumas emendas. Eles disseram que estão com uma agenda, amanhã, com o líder do Governo. Nesta conversa, provavelmente, poderá surgir alguma alteração por emenda, que se possa flexibilizar algum ponto que venha a beneficiar o servidor. Ao que parece, aqui, os servidores estão contrariados com o texto na sua íntegra. Nós estamos preocupados, porque todo esse movimento e essa pressa nos leva a acreditar que o governo está fazendo esse movimento porque conseguiu construir uma maioria e quer, o quanto antes, fazer esse movimento, que vai acarretar, efetivamente, num reflexo muito negativo para os servidores, pelo nosso entendimento. Então, como somos defensores de que o direito adquirido seja respeitado e que, de certa forma, pudesse estar sendo construída, inclusive, aqui, pela nossa bancada, por iniciativa do Simpa, alguma coisa no sentido de que essas regras possam valer só daqui para frente. Também não sei nem se está acordado pelo entendimento da categoria como um todo, porque, às vezes, no flexibilizar, pensa-se que está contemplando, mas nem assim se contempla. Então, é melhor, às vezes, marcar posição e ser contrário à iniciativa, para não deixar dúvidas sobre a posição do nosso partido com relação a esse projeto. O nosso entendimento é votar contrário ao projeto. Estaremos votando contrariamente, mas estamos preocupados com toda essa manobra regimental que acelera todo o processo, atropela todos os trâmites normais da casa, faz uma reunião conjunta em horário das comissões –

nós temos reunião da CCJ, na terça, às 10 –, tenta adiantar todo o processo para que se possa fazer uma votação na quinta-feira, sendo que quinta-feira nem é dia de votação. Então, nós queremos aqui expressar a nossa preocupação e dizer que o movimento de alteração tão grande no regime dos servidores não precisaria ter toda essa pressa. E se o governo já tem essa maioria que se anuncia, eu acho que as coisas deveriam ser feitas com mais tranquilidade, mais harmonia, mais serenidade, que tudo pudesse ser pontuado e que tudo pudesse ter sido enfrentado no debate ponto a ponto, para tentarmos aquilo que é possível ainda reverter dentro desse contexto que se avizinha, de uma possível aprovação do projeto, infelizmente, ainda na semana que vem. Então, essas são as nossas considerações. Portanto, estaremos votando contra o Requerimento.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença do Sr. Sérgio Marques, da Secretaria de Cultura, Esportes e Juventude, do governo municipal, Prefeitura de Candiota. Seja muito bem-vindo Secretário Sérgio Marques.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver.^a Mônica, Presidente desta Casa, quero fazer aqui, como o Protocolo da Casa já fechou, pelo adiantado da hora, a entrega a V. Exa. de uma Mensagem Retificativa ao PLCE nº 002/19, corrigindo os problemas apontados pela Procuradoria da Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Requerimento, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO**, por 21 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

Registro que o projeto, então, está sob o regime de urgência, e, nos termos do Regimento, no prazo de três dias úteis poderão ser apresentados os substitutivos e as emendas. O prazo começa a contar amanhã, quinta-feira, e encerra-se na segunda-feira.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Pelo que eu estou entendendo, se tem essa reunião conjunta na terça, vota-se quinta, é isso? Quarta não pode, tem que ter um prazo! (Pausa.) A partir de quinta-feira. Como tem que ter um prazo, quarta não pode. Vou vir fantasiado de baiana, porque é carnaval! Não sei do que vai vir o Marchezan, porque ele nem está aí.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Mônica Leal, para uma questão de esclarecimento, hoje de manhã nós ficamos mais de uma hora em reunião para deliberar que faríamos uma reunião conjunta na segunda-feira, independente do pedido que foi aprovado de fazer na terça-feira. Nós faremos também a reunião que foi deliberada em reunião de líderes – ficamos uma hora em reunião no colégio de líderes – na segunda-feira, a reunião conjunta? Eu só queria esclarecer isso aí, Presidente, senão, talvez não precisemos nem fazer reunião de líderes toda a semana, porque não se

cumpra o que se acordou na reunião de líderes. Está mantida a reunião de segunda, da conjunta?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não, Ver. Márcio, a conjunta é só para este projeto. O senhor entendeu? Foi aprovado o requerimento de urgência, ela será na terça-feira. Reunião conjunta na segunda, não; será na terça-feira, às 10h.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Oito vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h32min.)

* * * * *